



A COEDUCAÇÃO EM GÊNERO, NÚMERO E GRAU NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO: A RELAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE E OS JOVENS-ALUNOS

Pâmela Tamires Bezerra Ferreira da Silva (1); Rosemeire Reis da Silva(1)

Universidade Federal de Alagoas- pamelaufal@hotmail.com (1); UFAL- reisroseufal@gmail.com (1)

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a coeducação é desenvolvida ou não na concretização de ações coeducativas no espaço escolar, enfatizando, portanto, o último ano de escolarização do ensino médio e a relação com os professores e jovens-alunos de uma escola pública em Maceió-AL. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma abordagem quantitativa com a aplicação de questionários direcionados ao corpo docente e discente da instituição escolar. Concluímos que é necessário que a escola seja um espaço coeducativo não apenas no sentido da junção de alunos (as) de diferentes sexos e identidades de gênero, mas em suas ações e percepções acerca da diversidade e especificidades dos sujeitos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Coeducação, Ensino Médio, Jovens-alunos, Docentes.

1. INTRODUÇÃO:

O interesse pela investigação sobre coeducação, surgiu a partir de inquietações suscitadas durante a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (EGDE/UFAL), que subsidiaram investigações a serem aprofundadas no contexto do ensino básico.

O diálogo que tem sido proposto trata-se de uma mediação reflexiva entre a escola e suas ações pedagógicas, interligando diferentes contextos vivenciados pelos alunos e professores. Destacamos, portanto, mais precisamente as ações coeducativas e a relação entre escola e sociedade, os quais são apresentados no presente estudo a partir da expressão: “**coeducando em gênero, número**

e grau”, compreendendo inicialmente ao trabalho da coeducação em todos os seus sentidos e estes autorrelacionando-se contextualmente. Para compreender os elementos cruciais da pesquisa proposta, vale ressaltar precisamente a referenciação dos três significados: Gênero, Número e Grau.

O termo **gênero** apresenta o sentido das identidades de gênero e orientação sexual dos sujeitos em análise, **número** no sentido de ser um trabalho coletivo e relativizador o qual apesar de ter como participantes os jovens-alunos e professores abrange toda a comunidade escolar pelo fato de ser uma práxis pedagógica e **grau** referindo-se a hegemonia em torno dos aspectos de classe social e suas culturas.



Ainda na contemporaneidade diversas situações cotidianas e corriqueiras têm aflorado a exclusão dos sujeitos no âmbito social e escolar, abrangendo uma cultura da violência e suas expressões em um contexto alagoano patriarcal e androcêntrico.

Seja na escola, no trabalho ou na própria família é crucial o desenvolvimento ações educativas voltadas ao desenvolvimento de atitudes éticas. Diante disso, trazemos a importância de ações coeducativas na escola e sociedade, no que se refere ao desenvolvimento educativo pautado em valores éticos e conscientizadores de enfrentamento a desigualdade sociocultural e de gênero.

Os resultados e discussão do estudo estão divididos em quatro partes. Na primeira foi realizado um breve panorama histórico da coeducação no Brasil desde o período colonial até a atualidade.

Na segunda parte foi realizada uma reflexão em torno do dualismo existente no próprio sistema educacional enfatizando o Ensino médio público e uma reflexão em torno do currículo, livros didáticos e metodologias aplicadas no que se refere ao combate ao preconceito e segregação das diferenças.

A terceira e quarta parte trata-se da análise em torno da intervenção realizada em

uma turma de terceiro ano do ensino médio em uma escola pública de Maceió-AL com professores e alunos acerca do entendimento prévio em torno da temática coeducação e abordagens sobre os conflitos, formação, currículo e a concretude ou não de práticas coeducativas instituição escolar.

2. METODOLOGIA

A pesquisa partiu de um estudo bibliográfico sobre coeducação, gênero, cultura e juventudes do ensino médio. A intervenção do estudo foi realizada em Março de 2016 em uma escola pública, mas especificamente em uma turma do terceiro ano do ensino médio, turno vespertino. Sobre a coleta de dados foi aplicado, foram aplicados ao todo 45 questionários com questões fechadas e abertas, sendo destes 42 aplicados aos alunos e 3 aos professores que lecionavam na turma analisada. Segundo Chizotti (2001), o questionário compreende a “um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema de pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas [...] sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar”. (CHIZOTTI, 2001, p.55).

Dessa forma acreditamos que foi possível identificar as considerações iniciais dos



sujeitos acerca da temática da pesquisa além de ser um instrumento de interlocução auxiliando na compreensão e comparação dos dados.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Breve Panorama histórico da Coeducação no Brasil

O que é Coeducação? Como surgiu esse termo no sistema educacional brasileiro e qual o objetivo, conflitos e perspectivas atualmente? Coeducação e escola mista são sinônimos? São estes e outros inúmeros questionamentos em torno de uma palavra que nos remete a buscar historicamente as respostas de tais perguntas e realizar análises em torno do processo construído desde o período colonial até a contemporaneidade.

Conforme Gallo (2015, p. 4) a coeducação “é um processo de intervenção através do qual se potencializa o desenvolvimento de meninos e meninas a partir do reconhecimento da realidade das diferenças dos sexos”.

Conforme Passos, Rocha e Barreto (2011, p. 52) na colonização do Brasil “não havia escolas para o sexo feminino e, assim, a educação das mulheres acontecia em conventos religiosos e se restringia à aprendizagem de prendas domésticas”.

As autoras supracitadas também realizam um apanhado histórico acerca da chegada da Família Real em 1808 no Brasil, o qual “teve início a educação laica para o sexo feminino, na cidade do Rio de Janeiro”, cuja instrução era realizada por senhoras advindas da França, Alemanha e Portugal, entretanto, o ensino ainda era restrito as mulheres pertencentes às camadas superiores o qual tinham a oportunidade de aprender além das prendas domésticas, as disciplinas de aritmética e de língua portuguesa. (PASSOS; ROCHA; BARRETO, 2011, p. 52)

Ainda com a constituição de 1823 e a Independência do Brasil, foi proposta “a educação para os dois sexos e não apenas para o masculino, como vinha acontecendo”. Passos, Rocha e Barreto (2011, p. 53) explicam a forma como aconteciam as aulas:

deviam ser dadas separadamente para meninos e meninas, tendo professores (homens) para os meninos e professoras (mulheres) para as meninas. Havia a exigência de que as mestras das alunas fossem senhoras bem conceituadas e especialistas em prendas domésticas e que os mestres dos meninos soubessem geometria, o que não era exigido na educação das meninas.

Dessa forma, consoante as autoras, ainda nesse período inicia a primeira diferenciação em torno do sexo no currículo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

garantida pela própria legislação, o que por conseguinte afetava as questões econômicas, pois a diferença no ensino interferia na qualificação e no salário. Enquanto somente os homens aprendiam geometria estes possuíam maiores salários do que as professoras que não possuíam tal formação.

A ideia de coeducação foi fortalecida na década de 1860 e apresentava como principal argumento de defesa a questão econômica, pois, de acordo com Hahner (2011) a coeducação “era aceita apenas por uma questão econômica, particularmente em cidades onde o ensino separado entre os sexos demonstrava que os custos eram muito elevados”. (HAHNER, 2011, p. 468).

Dessa forma, a coeducação surge para substituir as classes separadas por sexos e os seus custos, pois no Brasil, havia uma resistência religiosa principalmente pela igreja católica e o moralismo existente em torno do sistema educacional seja em torno do ensino primário, curso normal ou até mesmo o ensino superior. A questão religiosa foi um dos entraves principais das chamadas salas mistas.

Lima (2015) cita que é necessário compreender a perenização da moralidade cristã “para que vislumbremos as origens da violência de gênero, sexualidade e de raça”. O autor ressalta em seu texto que não tem como objetivo despertar intolerância religiosa ao

cristianismo “mas fomentar um olhar crítico sobre os elementos que são específicos uma tradição religiosa, mas que não são postas para a livre adesão, e sim impostas como verdadeiro e incontestável caráter universal”. (LIMA, 2015, p. 15). E essa universalização do cristianismo no período medieval tem sido direcionada a política, educação, os espaços formais e informais e que na opinião do autor de certa maneira ainda é influenciada na contemporaneidade, não podendo estabilizarmos o pensamento ingênuo de que ocorreu uma ruptura com tais paradigmas moralistas os quais tem sido destrinchados de forma rotineira e invisibilizada nos diversos âmbitos sociais.

Sobre a educação e os aspectos religiosos o autor ainda menciona que “tenhamos em mente que há cerca de vinte anos atrás (ou menos) o ensino religioso nas escolas brasileiras ainda era estritamente cristão”. Lima (2015, p. 11) ainda acrescenta que “a tradição judaico-cristã de um modo geral, logo constatamos que é estritamente masculina.”

Retornando a discussão da coeducação e realizando um trajeto ao período do Império, nesse período prevalecia certa dificuldade de encontrar professoras para a instrução de meninas, tal fato ocorria, pois como já explicitado as mulheres desde o período do Brasil colônia foram privadas do ensino



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

formal. As autoras apontam que tal dificuldade em torno do magistério feminino evidenciou a criação de escolas normais em alguns estados do Brasil.

no início, a sociedade não via com bons olhos as mulheres que procuravam essas escolas, que não tinham o mesmo valor dos liceus nem dos colégios secundários. Pouco a pouco, porém, o conceito foi se modificando e elas assumiram o seu verdadeiro papel que consistia em formar professoras, preparar mães, esposas e donas-de-casa, dando também às mulheres condições de ampliar sua cultura. (PASSOS; ROCHA; BARRETO, 2011, p. 53)

A educação apresentava um caráter dualista em relação à classe social e principalmente ao sexo, tornando-se um ensino de privilégio aos sujeitos do sexo masculino nos liceus, os quais serviam como formação e preparação ao Ensino superior o que por conseguinte os garantiam a permanência de uma posição privilegiada na sociedade e no curso normal uma preparação técnica-prática voltada principalmente ao público feminino. A própria nomenclatura de “escola normal” estava referenciada as normas da sociedade e os interesses moralistas e religiosos.

Passos, Rocha e Barreto (2011) cita que a coeducação foi aceita no Brasil no final do século XIX, a qual foi permitida que ambos os sexos de alunos estudassem juntos e tivessem instrução por professoras, entretanto abarcava interesses e rotulações em torno da mulher e o chamado instinto maternal.

a decisão de deixar crianças de ambos os sexos sob a orientação de uma mulher era explicada pelas autoridades (presidentes de províncias, inspetores educacionais, entre outros), que achavam que aquela era uma atividade igual às ocupadas pelo sexo feminino no ambiente doméstico, no cuidado e educação dos filhos e, ainda, por acreditarem que elas seriam mais aptas a isso, pois a atividade demandava paciência, carinho, bondade, enfim, o que chamavam de “instinto materno”. (PASSOS; ROCHA; BARRETO, 2011, p.53)

Apresento também o pensamento de Auad (2003) sobre a relação errônea existente entre escola mista e a coeducação, pois conforme a autora “apesar de serem termos utilizados como sinônimos, “escola mista” e “coeducação” não o são”. A autora continua sua reflexão afirmando que:

ainda que a escola não seja a única instância de socialização, a maneira pela qual a “mistura” entre meninos e meninas se impõe na realidade escolar, sem reflexão pedagógica, continua a pesar previamente sobre o modo como a escola administra as relações entre os sexos e entre os gêneros, pois tal “mistura” não equivale ao ideal de co-educação.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Para que este fosse levado a termo, a escola mista teria de ser questionada e analisada a partir das relações de gênero e das relações entre os sexos que estão em jogo cotidianamente. (AUAD, 2003, p. 138)

A autora supracitada cita que deve-se haver uma reflexão pedagógica acerca da coeducação, caso contrário será apenas uma coexistência estéril, ou seja, sem sentido tratando-se de “um contexto de separação ainda largamente dominante no que diz respeito aos gêneros masculino e feminino.” (AUAD, 2003, p. 138). Dessa forma a autora acrescenta que “a escola mista é um meio e um pressuposto para que haja coeducação, mas não é suficiente para que esta ocorra”. Ela explica que para que ocorra a coeducação em uma turma mista deve se voltar à atenção para as políticas públicas e a formação dos docentes e a objetivação das desigualdades de gênero.

Para Gallo (2015, p. 4) objetivo da coeducação é “o desenvolvimento pessoal e construção social comum e em condições iguais”. A autora acrescenta que a “coeducação pressupõe e exige situações de igualdade real de oportunidades educacionais, profissionais e, em geral, social” (GALLO, 2015, p.5). A autora ainda acrescenta que “não podemos limitar a coeducação a uma mera equalização das condições de partida”. Diante disso, precisamos estar atento ao

dualismo existente nas próprias turmas mistas, seja referente ao ensino, as relações, as simbologias, subestimações e rotulações.

3.2 A coeducação x dualismo na educação básica

A escola é considerada na sociedade um locus privilegiado para o desenvolvimento da coeducação. Gallo (2015, p. 2) cita que é um espaço importante e estratégico no que se refere a expressar as identidades sociais dos alunos. Entretanto, ao longo dos anos os contextos educacionais os quais as crianças, adolescentes e jovens estão inseridas, não têm auxiliado a mobilização destas no processo do saber.

A escola tem contribuído no reforço as desigualdades e preconceitos sociais, sendo assim de local privilegiado de coeducação tem transformado na verdade a coeducação como um privilégio, principalmente quando se refere ao espaço escolar público.

Arroyo (2013) explica que com a entrada das classes populares no sistema de ensino público, a escola perdeu sua qualidade desde a sua estrutura física até a qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Dayrell (2007) chama esse processo de “massificação da escola pública” termo referente a crescente entrada e expansão das classes populares na escola de Ensino médio que outrora era



destinada ao público de classe média/alta da sociedade.

Entretanto vale ressaltar que apesar dos avanços em torno da abertura da expansão e atendimento escolar as crianças e jovens de classes populares evidenciam-se também a não permanência destes sujeitos no espaço escolar e quando ocorre a escolarização, o ensino médio tem sido a última etapa de escolarização de toda educação formal e institucionalizada.

O currículo não tem atendido as especificidades socioculturais dos sujeitos, Lima (2015, p. 7) afirma que a atuação ideológica e de reprodução do preconceito é destacada na instância escolar “onde o currículo – tanto implícito, quanto explícito -, através do uso de uma linguagem sexista, contribui para a reprodução de relações androcêntricas”.

Lima (2011, p. 67) acrescenta uma reflexão importante sobre o currículo, menciona que “infelizmente, a escola, através de seus currículos, programas, conteúdos e práticas pedagógicas, tem sido palco de discriminação e opressão”. A autora acrescenta que o currículo é um documento de identidade que pode formar e deformar. E nesse contexto tem “apagado as identidades culturais das minorias ao tempo em que valoriza as identidades sociais da classe

média” configurando-se a partir da reprodução do capital cultural. Também realizada uma discussão em tono dos livros didáticos, os quais “contam a história a partir de uma visão europeia, masculina, branca, cristã e heterossexual.” (LIMA, 2011, p.67)

Gallo (2015) reflete que a escola como um espaço coeducativo deve ser um espaço dialógico e de reconhecimento da diversidade, nas palavras da autora, é necessário:

a criação de espaços dialógicos dentro das escolas que favoreçam o reconhecimento da diversidade como valor positivo, a promoção da justiça social e o enfrentamento dos preconceitos e de todas as formas de discriminação, a fim de promover os espaços de ação profissional, em especial as Instituições de Educação Básica, como lugares de qualidade educacional, humana e social. (GALLO, 2015, p. 4)

Dessa forma as práticas pedagógicas devem estar atentas a forma como ocorre à reprodução, discriminação e exclusão dos sujeitos no que se refere a sua constituição identitária de gênero e sexualidade e a relação com as metodologias, projetos, linguagens e diálogos.

3.3 Docência e a coeducação



Hahner (2011) cita a importância da coeducação no espaço escolar, principalmente no processo de feminização na instrução primária e curso normal no Brasil. Conforme a autora foi criada mais “oportunidades para mulheres entrarem no magistério porque se podia confiar à regência das aulas mistas às mulheres, e não limitá-las a só lecionar nas escolas para meninas”. E a introdução da coeducação nas escolas normais “aumentaria o número de mulheres e diminuiria o número de homens matriculados, mudando, assim, o futuro caráter da magistratura”. (HAHNER, 2011, p. 468- 469)

Para Auad (2003) a formação docente deve estar atenta “ao desenvolvimento de práticas democráticas”. E essa democracia é proporcionada pelo desenvolvimento concomitante com a coeducação. A autora complementa que “tanto a educação para a democracia quanto a coeducação têm como fator imprescindível a formação de professoras comprometidas com a concretização de ações educacionais e práticas pedagógicas não-sexistas e democráticas”. (AUAD, 2003, p. 138)

Utilizo Auad (2003) nesse estudo e a sua defesa a práticas democráticas na educação, pois aborda o estudo que realizo sobre a coeducação em **gênero, número e grau**, abrangendo não somente aos aspectos de sexo biológico e identidade de gênero, mas

também as diferenças de classes e socioculturais. Até mesmo porque é importante reconhecer as identidades de gênero e sexuais como construtos históricos e culturais, os quais são atrelados a elementos como etnia, classe social e outros, os quais posicionam os sujeitos na sociedade e definem suas funções.

Dessa forma, acredito que a prática pedagógica democrática atende a todo um processo de disseminação do conhecimento e de atitudes relativizadoras em sala de aula, não apenas no sentido de unificar mas de propagação do respeito e a equidade dos sujeitos e suas diferenças.

Acerca dos questionários aplicados aos docentes, foram perguntados a estes a definição do sexo e identidade de gênero. Dessa forma, definiram ser 2 do sexo biológico masculino e 1 do sexo biológico feminino, entretanto apenas um definiu sua identidade de gênero como heterossexual.

Sobre as disciplinas que lecionavam os de sexo masculino são história graduação e especialização completa e matemática mestrado incompleto e a de sexo feminino química mestrado completo.

Os docentes foram questionados se gênero e sexualidade apresentavam os mesmos conceitos e todos apresentaram que não:



Cabeção (sexo masculino/ 30 anos/ disciplina matemática): *“são conceitos sociológicos diferentes.*

Silva: (sexo masculino/ 42 anos/ disciplina história): *sexualidade está relacionada a forma como as pessoas vivem suas práticas sexuais. O gênero é a identidade que o indivíduo assume.*

Soares: (sexo feminino/ 26 anos/ disciplina química): *“o sexo é natural do indivíduo e o gênero é o modo como ele se aceita, se vê e se realiza permanente”.*

Sobre essa questão Lima (2015) cita a importância de estabelecer a diferenciação entre sexo e gênero, a qual se fundamenta na relação entre natureza e cultura e sociedade. A distinção entre o natural e o social contribui para esclarecer essa relação entre sexo e identidade de gênero, sobre esta última a autora apresenta que é constitutiva da identidade social e esta é articulada com os processos simbólicos e estruturais.

os seres humanos como seres essencialmente de cultura, por esta são construídos, reproduzidos e também transformados; no entanto, o processo ideológico, tendo em vista a manutenção da desigualdade social e mascaramento da realidade, distorce o sentido do que é socialmente construído, que passa a ser apreendido como se fosse da ordem do natural.(LIMA, 2015, p. 11)

Além disso, foi abordado questões que envolviam as práticas docentes e pedagógicas na instituição escolar, a relação com os conflitos e a importância da temática sobre a coeducação e gênero. A seguir as considerações dos docentes e seus respectivos codinomes:

Cabeção (sexo Masculino/ 30 anos/ disciplina matemática): O professor considera a abordagem sobre relação de gênero e sexualidade na escola como “importante” e que a existência de conflitos sobre a temática é “muito frequente”, ele aborda as questões na aula “às vezes quando necessário”. Afirma que já participou de formação sobre a temática na escola

Silva (sexo masculino/ 42 anos/ disciplina história): O professor avalia como “muito importante” a abordagem sobre gênero e sexualidade na instituição escolar e reconhece que os conflitos acerca da temática é “frequente”. Afirma também que trabalha em sua disciplina questões voltadas ao gênero e sexualidade, entretanto reconhece que não participou de formação sobre a temática.

Soares (sexo feminino/ 26 anos/ disciplina química): A professora avalia que é “importante” a abordagem sobre a temática na escola, porém diferente do professor menciona que é pouco frequente os conflitos de gênero na instituição a qual lecionava e



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

afirma que não tem trabalhado questões sobre a temática na sua aula e que também até aquele momento não havia participado de algum debate, palestra ou formação sobre questões de gênero e diversidade na escola.

Apresentamos no questionário que por conta da grande diversidade de gênero, sexualidade, cultura e classes presentes dentro da escola este ambiente torna-se um espaço de grandes conflitos de gênero. Ao questionarmos a opinião dos (as) professores (as) de como estes acreditavam que a escola devia lidar com essa situação, obteve-se as seguintes respostas:

Cabeção (sexo masculino/ 30 anos/ disciplina matemática): *“buscando através de palestras e capacitações de toda a equipe técnica pedagógica para assessorar os alunos”.*

Silva (sexo masculino/ 42 anos/ disciplina história): *“discutindo de forma ética e respeitosa no sentido de combater qualquer forma de preconceito e discriminação”*

Soares (sexo feminino/ 26 anos/ disciplina química): A professora cita que a escola necessita oferecer *“palestras, formação para os professores e conversa com a comunidade”.*

Os (as) professores (as) também são questionados sobre a percepção destes acerca do modo em que aconteciam as relações de gênero e sexualidade entre os (as) alunos (as) do Ensino Médio da referida escola em análise, realizaram portanto, as seguintes explicações:

Cabeção (sexo masculino/ 30 anos/ disciplina matemática): *“posturas relativamente associadas ao desconhecimento de leis que regem a sociedade”*

Silva (sexo masculino/ 42 anos/ disciplina história): *“os conflitos são constantes, a escola necessita fazer um trabalho pedagógico com esta temática”*

Soares (sexo feminino/ 26 anos/ disciplina química): *“tranquilamente”*

Questionamos os (as) docentes o que entendiam por coeducação e foi obtido as seguintes respostas:

Cabeção (Sexo masculino/30 anos/ disciplina matemática): *“partir de princípios de colaboração nos princípios éticos da sociedade”*

Silva (Sexo Masculino/ 42 anos/ disciplina história): *“compreendo a participação não só do corpo docente escolar mas toda a comunidade pela mesma responsável”.*



Soares (Sexo Feminino/ 26 anos/

Disciplina química: “Educação além da formal”

comprometer-se com uma educação sem julgamentos sobre a consciência do(a) educando(a), sem, muito menos, lhe impor autoritariamente esse ou aquele modo de ver ou de se comportar em decorrência do seu sexo, raça ou classe social, por exemplo. Do mesmo modo, espera-se dele(a) a produção e a transmissão do conhecimento a todos(as), sem discriminação e sem o ocultamento do real que pode ocorrer, dentre outras situações, quando o conteúdo apresentado não responde às demandas dos(as) discentes, nem às necessidades sociais. Nesses casos, além de não ajudar os(as) alunos(as) a enfrentarem seus problemas concretos, os(as) distanciam do saber, pois fazem com que percam o interesse. (LIMA, 2011, p. 56)

3.4 Os jovens-alunos e a coeducação

Sobre o perfil dos jovens-alunos (as) 56% responderam ser do sexo feminino, e 42% do sexo masculino. No que se refere a identidade de gênero, 95% destes mencionaram serem heterossexuais, porém vale ressaltar que 5% não responderam a pergunta em questão não optando nos demais quesitos: homossexual, bissexual, transexual e outras.

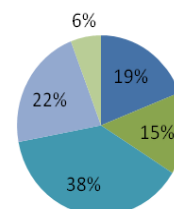
Em relação a cor e etnia, os jovens se definiram com 69% como pardos, 12% brancos, 10% negros, 7% amarelos e 2% não responderam a pergunta.

Também foi questionado aos jovens-alunos a compreensão prévia acerca da coeducação. A maioria dos entrevistados responderam que nada sabiam sobre a temática. Alguns na tentativa de arriscar apenas menciona que tratava-se de “educação escolar”. Um jovem mencionou que significava “inclusão social”. Uma das respostas que destaco é de uma jovem a qual apresenta que a coeducação no seu ponto de vista “é onde trata o preconceito e a violência, priorizando a diversidade e a melhor aceitação no âmbito escolar”.

Também questionamos aos alunos os tipos de preconceito que já vivenciaram no âmbito escolar e foram apresentados cinco quesitos: Gênero e Sexo; Cor/ Etnia; Classe e Estereótipos sociais (magro (a)/gordo (a); alto (a) / baixo (a);cabelo; estilo e etc); Cultura/ Religião; Outros.

Que tipos de preconceito e violência você já presenciou na escola?

■ GÊNERO E SEXO ■ COR/ETNIA ■ CLASSE/ESTEREÓTIPO
■ CULTURA/RELIGIÃO ■ OUTROS



Fonte: As autoras



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Constatou-se que 38% dos (as) jovens alunos (as) já presenciaram preconceito em torno da classe/ estereótipos sociais. Em seguida 22% afirmaram que foram em torno da cultura/ religião. Sobre o gênero e sexo, 19% confirmaram, seguidos de cor /etnia com 15%. Apenas 6 % apontaram outros tipos de preconceito que não haviam nos quesitos, entretanto não apontaram quais eram estes.

Em referência a fala dos professores entrevistados também foi perguntado aos alunos acerca do trabalho no combate ao preconceito de gênero, social e cultural, não somente em referencia a prática docente mas de toda a prática pedagógica que envolve a comunidade escolar.



Nos questionários 86% dos alunos afirmaram que a escola não tem trabalhado com as temáticas e apenas 12% afirmaram que a escola combatia o preconceito.

Como você acredita que o corpo gestor e os docentes devem lidar com os conflitos relacionados as diferenças de gênero, cultura e classes presentes no âmbito social e que perpassam ao âmbito escolar?

A maioria das respostas obtidas foram em torno da realização de diálogo, palestras, programas e até projetos.

Jovem 1 (sexo masculino/heterossexual): *“criando programas que conscientize os alunos para não tratar as pessoas como indiferentes”.*

Jovem 2 (sexo feminino/heterossexual): *“debatendo mais sobre o assunto, deveriam fazer um movimento para combater todos os tipos de preconceito através de projetos”.*

Jovem 3 (sexo feminino/heterossexual): *“tendo palestras e atividades dinâmicas”.*

Jovem 4: (sexo feminino/heterossexual): *“com um amplo dialogo entre todos quebrando tal barreira social”*

Também houve propostas no sentido de realizar um intercambio com a realidade social:

Jovem 5 (sexo feminino/heterossexual): *“trazendo pessoas que já passaram por isso para dar seu depoimento e fazer debates”*

Obteve-se também respostas mais tradicionais no sentido de punições:



Jovem 6: (masculino/ heterossexual): “os gestores deve tratar o conflito com advertências severas”

Jovem 7 (masculino/ heterossexual): “primeiramente o diálogo, caso não resolva, punições cada vez mais severas dependendo do conflito”

Alguns alunos já demonstravam certo comodismo ou desacreditavam da postura da escola no combate as desigualdades.

Jovem 8 (masculino/ heterossexual): “eu não acredito em mais nada”

Jovem 9 (masculino/ heterossexual): “normal, porque essas coisas acontecem” sexo masculino

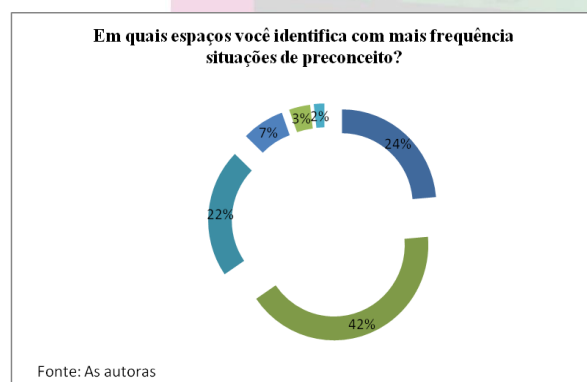
Destaco a resposta de um jovem a qual menciona que a solução para tal questionamento deve-se haver um diálogo entre a escola e os jovens, numa decisão conjunta.

Jovem 10 (sexo masculino/ heterossexual): “ambos deveriam ter um olhar justo sobre toda e qualquer situação e com base nisso chegar a uma decisão”

Não podemos observar as respostas sem nos remetermos a discussão da temática nos cursos de formação docente. Se a escola não tem trabalhado de forma coeducativa é porque ainda na atualidade tem ocorrido entraves a qual os sujeitos têm sentido-se

despreparados para discutir ou intervir em situações que fogem da simples aplicação e desenvolvimento dos conteúdos.

Sabe-se que no terceiro ano do Ensino Médio as atenções estão voltadas a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e o currículo valorizado compreende as disciplinas e conteúdos exigidos na referida prova. O currículo diversificado acaba sendo posto de lado ou utilizado de maneira descontextualizada com a realidade dos alunos e dos problemas sociais.



No gráfico apresentado, os 42% refere-se às redes sociais, ficando portanto em primeiro lugar como um espaço em que os (as) jovens identificam situações preconceituosas e violentas, em seguida 24% apontaram a televisão, 22% a escola, 7% a família, 3% igreja e 2% não responderam a questão.

A escola ficou em 3º lugar continuando, portanto em um ranking preconceituoso, o qual os jovens vivenciam e reproduzem a violência e discriminação



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

existente no meio social como as redes sociais, televisão, família, igreja e etc.

Torna-se assustador quando ao compararmos com a fala dos professores estes revelam uma fala de súplica por formação continuada e capacitação na área e quando essa reivindicação é apontada pelos (as) jovens-alunos (as) também, pois na fala destes mencionaram que necessitavam de diálogos, projetos, até mesmo punições e até mesmo desacreditam que será possível mudar tal cenário.

Ao questionarmos nesse estudo a forma como a coeducação é concretizada no espaço escolar público, a busca de respostas para o problema formulado, nos instigou a analisar e procurar formas de enfrentamento de um dos principais desafios da escola contemporânea, que é desenvolver sua qualidade perante os sujeitos e suas diversidades sem os excluir.

A prática educativa deve ser questionada como uma ferramenta que possibilite um significado de suas ações para os sujeitos os quais estão sendo aplicados, como também a propagação do conhecimento e atitudes relativizadoras diante das diferenças, identidades e promoção da equidade.

A escola em obediência ao sistema não tem tratado os (as) jovens-alunos (as)

como sujeitos sociais e sim como meros objetos de depósito de conteúdos sistematizados voltados ao mercado de trabalho e resultados avaliativos. Essa é uma das primeiras violências. A violência do sistema escolar que gera outras violências na escola.

Diante disso, os sujeitos sociais não têm vez e nem voz. Suas linguagens, vivências, culturas, histórias são silenciadas e omitidas no currículo, livros didáticos e práticas escolares. A sua liberdade de expressão, interpretação e compreensão do mundo é tratada de forma secundária negando sua identidade e aprendizagem enquanto conhecimento cognitivo e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a educação é um processo contínuo de formação de cidadãs e cidadãos e por ser uma atividade contínua enfrenta diversos desafios e entraves e estes envolvem os aspectos de inclusão relacionada a gênero, classes sociais, culturas e etc, a qual a escola deveria ser um espaço integrador da ética e da coeducação transmitindo pensamentos crítico, mobilizador e social entre os alunos e toda a comunidade escolar.

Diante disso, foi crucial realizar uma problematização significativa acerca das

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

práticas pedagógicas e a relação com a formação de crianças e jovens na sociedade, tornando-se instigante refletir acerca do papel da coeducação referente às questões éticas e morais nos espaços educativos, pois muitos espaços considerados coeducativos insistem em enfatizar de forma direta e/ ou indireta os aspectos de autoritarismo, preconceito, violência presente no âmbito escolar, deixando de desenvolver com os alunos a criticidade, reflexão da realidade social e cultural de suas vivências nos demais espaços formais e informais.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed, São Paulo: Cortez, 2011

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p.1105-1128, out. 2007.

GALLO, Aimaré Sonia Aravena. Unidade 2: Coeducação ou educação em valores sem desigualdade social de gênero, étnico-racial e de orientação sexual, cultura da violência e suas expressões no contexto patriarcal e androcêntrico. In: GALLO, Aimaré Sonia Aravena; LIMA, Eden Erick Hilario Tenorio

de. (Orgs.). **Módulo 5: Ética e coeducação**. Livro conteúdo. Universidade Federal de Alagoas – Especialização em gênero e diversidade na escola, Maceió: CIED/EDUFAL, p. 1-14, 2015.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista de estudos feministas** : Florianópolis, maio-agosto/2011.

LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. Unidade 1: Gênero como categoria útil de análise e como ferramenta para o conhecimento e intervenção do mundo social. In: JUNQUEIRA, Telma Low Silva; LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros; LOPES, Regina Trindade. (Orgs.). **Módulo 2: Gênero**. Livro conteúdo. Universidade Federal de Alagoas – Especialização em gênero e diversidade na escola, Maceió: CIED/EDUFAL, p.1-41, 2015.

LIMA, Eden Erick Hilario Tenorio de. Unidade 1: Reflexão sobre a moral na história e a moral e seu caráter histórico, de classe social, de gênero e étnico racial. In: GALLO, Aimaré Sonia Aravena; LIMA, Eden Erick Hilario Tenorio de. (Orgs.). **Módulo 5: Ética e coeducação**. Livro conteúdo. Universidade Federal de Alagoas – Especialização em gênero e diversidade na escola, Maceió: CIED/EDUFAL, p. 1-19, 2015.

PASSOS, E. ROCHA, BARRETO, N. **Gênero e educação**. Cap.3 pg.48-59. .Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais / Ana Alice Alcantara Costa, Alexnaldo Teixeira Iole Macedo Vanin , organização. - Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p. ISBN: 978-85-60667-90-1. Disponível em Acesso em 14.08.2015.